

UM NOVO POVO PARA UMA NOVA NAÇÃO: POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO NO FINAL DO SÉCULO XIX

Wainer Adolfo COUTINHO¹
Prof. Msc. Rafael Henrique ANTUNES²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal do estudo analisar quais foram os fatores preponderantes para a política de incentivo à imigração, assim como quais foram os reais motivos que contribuíram para uma imigração em massa vindo da Europa para o Brasil no decorrer do século XIX. Desta forma, busca fazer uma análise com a qual se permita identificar ideologias raciais e eugênicas que fundamentaram a escolha pelo trabalho do imigrante europeu, em detrimento do negro que aqui estava. Com um olhar voltado para o âmbito histórico social é possível evidenciar problemas que hoje são existentes por causa de escolhas políticas do passado, como a exclusão do negro da sociedade, marginalizando-os. Assim, após as leituras aplicadas foi possível perceber que o imigrante europeu do século XIX não migrou somente para suprir alguma carência de mão de obra, tampouco para tomar posse de terras: veio com o objetivo político de branquear o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Imigração, Política, Eugenia, Trabalho, Branqueamento.

1. Introdução

A história não é apenas um aglomerado de fatos que aconteceram no seu devido tempo e espaço; esses fatos, porém, tem sempre uma consequência muito evidente nos nossos dias atuais; um bom exemplo desta lógica é a imigração de diversos povos para o Brasil, ao longo de sua história. Quem de nós não tem um amigo, que fala de boca cheia “meus avós eram Italianos”? Isso é muito corriqueiro, devido a uma grande política de incentivo a imigração no início do século XIX. O exemplo dado de Italianos é o mais comum em nosso dia-a-dia, pelo fato de ter sido a grande maioria entre os europeus que emigraram massivamente para o país recém independente, mas também chegaram aqui inúmeros portugueses, suíços, alemães, dentre outros.

1 Graduando em História – FIRA – Faculdades Integradas Regionais de Avaré – 18700-902 – Avaré-SP- Brasil – waineradolfo@gmail.com

2 Docente do Departamento de História - FIRA – Faculdades Integradas Regionais de Avaré – 18700-902 – Avaré-SP- Brasil – rafahantunes@gmail.com

Por muito tempo, só imigrantes portugueses e negros escravos – que por sua vez eram imigrantes forçados – aqui estiveram praticamente desde o seu descobrimento. Em 1808 o Brasil receberia a Família Real Portuguesa e sua corte, fato que mudaria de vez a história do Brasil. Dez anos após a chegada da corte portuguesa, ocorreu o primeiro projeto de incentivo a imigração, a colônia de Friburgo, localizada no Rio de Janeiro. Assim, pensando em habitar o interior da província brasileira começa a política de incentivo a imigração.

Contextualizando esse evento, ele ocorre durante o apogeu do principal ciclo da economia brasileira do século XIX: o do café, conhecido como ouro verde. As grandes fazendas de café no sudeste brasileiro estavam em alta e junto com isso o tráfico interno e externo de escravos estavam também a todo vapor, visto que este era a principal mão de obra da época. Os grandes latifundiários viam que a necessidade de uma outra mão de obra poderia acontecer por tantas revoltas escravistas. Desta forma, eles viam na imigração uma saída para trabalhar, por um tempo, ao lado dos escravos. Já o governo preferia que os imigrantes viessem ao Brasil para serem donos de suas próprias terras. Durante todo período imperial essas duas propostas foram colocada em pauta e discutidas severamente.

Tais conflitos de ideias e de interesse tomam conta do cenário político e econômico, e quanto mais o tempo iria passando mais atitudes os fazendeiros pediam do governo brasileiro. Em 1848 o governo aprova uma lei que reservava uma área para implantação de colônias; dois anos depois, em 1850, promulga-se a lei Eusébio de Queirós que proibia definitivamente o tráfico de escravos para o Brasil, tirando – ao menos em tese – a principal mão de obra dos fazendeiros. No mesmo ano o governo aprova a Lei de Terras, que toma definitivamente que a terra em solo brasileiro só é válida por título de compra. Essa lei surgiu para manobrar os interesses do governo, tirando dos negros livres a oportunidade de adquirir terras e colocando os colonos como funcionários na grande lavoura, algo que os grandes fazendeiros já buscavam há muito tempo.

Ao se refletir sobre a imigração no Brasil, é possível perceber que não era qualquer imigrante que agradava os interesses do governo brasileiro. Eles tinham certo preconceito com asiáticos e não cogitaram sequer a mínima possibilidade de apoiar essa massa negra que aqui estavam, sendo assim marginalizados, continuando os escravos e escravos liberto à margem da sociedade. Desta forma, o projeto de imigração europeia para o país ao longo do século XIX, se deu como uma tentativa de branquear o Brasil, pois aos olhos preconceituosos, essa raça somente atrasaria o país de qualquer tipo de evolução, tanto cultural quanto social, sendo assim o imigrante favorito seria o imigrante europeu branco.

2. Primórdio da imigração

Quando se olha para imigração no Brasil, é possível perceber dois grupos de imigrantes vinham para o Brasil; os portugueses, que vinham por diversos motivos como livre e espontânea vontade, pela propaganda para serem donos de suas próprias terras, dentre outros. O outro grupo de imigrantes são os africanos, que eram tirados de sua terra natal para servir como mão de obra escrava no Brasil. Assim é o primórdio da imigração e povoamento da colônia, sendo que Portugal proibia a entrada de povos com outra origem no interior do Brasil.

Em 1808, porém, o Brasil receberia alguns imigrantes que mudariam o panorama de uma simples colônia de exploração para uma cidade sede do governo: a chegada da família real e os funcionários da corte que vieram fugidos de Portugal, quando este país foi invadido pelas tropas francesas. Mudaria para sempre seu papel econômico e cultural, visto que a partir de então o Brasil deixava de ser uma simples colônia de exploração e passa a ser sede do governo português. Com isso, as restrições à entrada de estrangeiros no país deixavam de fazer sentido, sendo que precisava-se adquirir tudo que a colônia não possuía, mas que era essencial para uma corte; foi formado um verdadeiro mutirão para que a sede do governo instalada no Rio de Janeiro ficasse ao gosto da corte: modificações como ruas calçadas e lamparinas demonstram inspirações diretas da reforma urbana europeia na transformação do Rio de Janeiro numa 'metrópole'. Tentando deixar um ambiente mais familiar, a urbanização continua com as construções de prédios, palácios, repartições públicas, teatros e jornais.

Desta forma, encerradas as restrições, foi permitido o comércio com outros países, a impressão de livros e jornais e também a posse de terras para estrangeiros. Com essa última medida, o príncipe Dom João VI esperava que houvesse um aumento da povoação rumo ao interior das províncias brasileiras, pois o Brasil era um país que possuía terras demais para pouco incentivo à interiorização. As primeiras experiências nesse sentido vieram após dez anos, em 1818, quando o governo promoveu principalmente a vinda de imigrantes suíços para fundar uma colônia, uma das mais antigas do Brasil, denominada a colônia de Friburgo, na província do Rio de Janeiro. O governo, por sua vez, concedia algumas vantagens para os imigrantes, como a passagem para o Brasil, a posse de lotes de terras e até mesmo ajuda financeira para o colono, até que o mesmo pudesse se manter com a sua própria produção. Essa seria apenas a primeira de uma série de experiências para a tentativa de povoar da melhor forma o país. (Tuledo, Cano, 2003).

3. Política de Imigração

Ao se contextualizar a imigração com a economia nacional do período, é possível perceber que, no mesmo momento que temos um pensamento de política de imigração, também ocorre um enorme crescimento na principal produção brasileira à época, que era o café no sudeste brasileiro. Essas plantações precisariam de mão de obra para suprir a produção exacerbada das lavouras de café, que eram inicialmente abastecidas com mão de obra escrava. No entanto já estava nos planos dos grandes produtores a vinda de mão de obra livre. Portanto, no processo de civilização por meio da imigração, não caberia a escravidão. Sendo assim duas das principais economias do império ficariam balançadas. Os cafeicultores para não se sentirem prejudicados financeiramente em perder sua mão de obra, desejavam que os imigrantes viessem para trabalhar ao lado dos negros que aqui estavam, trazendo experiência que os trabalhadores africanos escravizados não possuíam nesse tipo de lavoura.

Já o governo imperial tinha uma contra proposta, de que os imigrantes viessem para trabalhar na sua própria terra, dividido em pequenos lotes de terras; o governo tinha algumas exigências que ao tomar as terras, possuiria um desses pequenos lotes pessoas que já trabalhavam com agricultura, dando preferência aos homens com família constituída. Parte da produção destas terras seria voltada para o Estado, para manter o comércio atuante, enquanto outra parte para a sobrevivência da família.

Sendo assim ocorre uma grande divergência de ideias, entre os dois projetos para imigração; o do governo e o dos grandes proprietários, sempre visando seus próprios interesses. Em 1828, ano da criação dos núcleos coloniais de imigrantes, um fazendeiro muito renomado no governo da província chamado Nicolau Campos Vergueiro, iria totalmente contra a proposta esplanada pelo governo, pois aos olhos dos grandes proprietários este projeto de imigração não faria que tais fazendeiros tivessem lucro, ficando este somente com o governo e o colono. Para Vergueiro e seus partidários, os imigrantes deveriam vir ao Brasil, mas para ser mão de obra barata, procurar serviços nas grandes lavouras, não como proprietário, como afirmara o próprio:

“Chamar colonos para fazê-lo proprietário à custa de grandes despesas é uma prodigalidade ostentosa, que não se compadece com o apuro de nossas finanças. O meu parecer, pois, é que se acabe o quanto antes com a enorme despesa que se está fazendo com eles, continuando-se o que parecer necessário para eles procurarem serviço”. (VERGUEIRO, *Apud* PETRONE, 1982, p.22).

Nos discursos políticos deste período, era totalmente corriqueiro queixas como essas; mesmo assim o governo continuava intransigente ao respeito de seu projeto. É de fato constatado que vieram imigrante para trabalhar nas grandes lavouras, assim como o próprio Vergueiro, trouxe imigrantes para trabalhar na sua fazenda, porém sem contar com nenhum tipo de ajuda financeira do governo. Devemos ressaltar que a política de imigração era ainda muito tímida

No ano de 1848, o governo aprovou a lei que dava uma área para implantação de colônia em cada província do território brasileiro. Esse pedaço de terra seria dividido em pequenos lotes parcialmente igualitários. Nessas pequenas propriedades ficaria restritamente proibido o emprego de escravos e de escravos forros, assim criando ainda mais dificuldade para o nativo ser dono de suas próprios terras. No dia 4 de setembro de 1850, foi aprovado a lei Eusébio de Queiros, que proibia o tráfico de escravos para o Brasil. Ainda que essa lei estivesse mais atrelado aos interesses comerciais ingleses do que com preocupação antiescravista do governo brasileiro, ela torna essencial uma política de imigração efetiva que atenda agora ambas as partes, pois a produção do café estava a todo vapor, e, assim, este pilar da economia necessitaria de mão de obra, o mais rápido possível.

O governo imperial acaba atendendo em partes as exigência dos cafeicultores, pois no ato que aprovam a lei Eusébio de Queiros também aprovam a lei de partilha de terra, que dificultaria e muito ao imigrante ser proprietário. Esta lei então pode ser considerada uma manobra para agradar ambos os lados, os grandes proprietários assim não ficariam receosos em perder espaço para os novos imigrante.

As discussões sobre os dois projetos se perpetuaram ao menos até 1883, sendo que homens de renome, em geral grandes proprietários do Rio de Janeiro, defendiam o sistema de pequenas propriedade. Já em São Paulo um grupo de fazendeiro fundaria a sociedade promotora da imigração, que compartilhava da ideia que o imigrante deveria vir trabalhar nas grandes lavouras como empregado. O projeto dos fazendeiros paulistas saíra vitorioso, pois a grande maioria imigrantes que viria, para o Brasil seria utilizado como mão de obra, e não como proprietário.

“Os fazendeiros saíram vitoriosos dessa disputa: a maioria esmagadora dos imigrantes que entrava no país se dirigia ao trabalho em suas lavouras. Em 1887, por exemplo, a província de São Paulo recebeu 33 mil imigrantes, dos quais apenas novecentos foram para os núcleos coloniais; no ano seguinte, ano da abolição da escravidão, chegaram 94 mil imigrantes à província, mas só mil com destino aos

núcleos coloniais, seguindo todo o resto para o trabalho nas fazendas. Essa tendência nunca mais se reverteu” (TOLEDO, CANO, 2003, p. 11).

No final do século XIX já estava claro que o objetivo da imigração era fornecer mão de obra às grandes lavouras e, assim, ficando cada vez mais distante o projeto de fazer uma melhor distribuição de terras, para melhor povoar o território brasileiro.

Comparando os momentos do Brasil e o continente europeu, o Brasil tinha sua principal fonte de renda na agricultura, totalmente diferente da Europa que estava passando pelo seu primeiro processo de Revolução Industrial. Portanto, fica que o imigrante viriam para trabalhar substituindo aos poucos mãos de obra escrava, que mais tarde se tornaria um grande problema essa massa de imigrante.

4. O imigrante ideal

Partindo da ideia que tanto o governo como o grande fazendeiro defendia seus próprios interesses, por trás da política de imigração não foi diferente. Não estava só em jogo o melhor projeto, muito menos a ocupação de terras devolutas, ou a mão de obra nas grandes lavouras, ainda que esses sejam um dos principais motivos. A imigração esconde atrás desses projetos sua principal motivação da vinda de imigrante, ainda mais o imigrante branco; pautado no darwinismo, considerava-se que a espécie humana era dividida em ao menos três raças distintas: os negros, os brancos, e os amarelos. Os brancos eram considerados como “naturalmente superiores” aos outros. Esse pensamento se perpetuou durante o século XIX e adentrou até o início do século XX. O pensamento de branquear o Brasil se derivou de uma pseudociência: da Eugenia. Essa ciência foi fruto de um pensamento burguês criado na Inglaterra industrial. Como todo pensamento social do século XIX era embasado em ciência ou filosofia, esse processo de Eugenia não foi diferente.

Pautando-se em filósofos renomados como Descartes e Rousseau, construiu-se o pensamento eugênico. Cada um destes filósofos, à sua maneira, foi utilizado para a construção desse pensamento. Assim, analisando um modelo de sociedade onde o homem e suas leis eram o centro e a demonstração de superioridade era essencial para demonstrar o poder único e absoluto do dominante para o dominado. A superioridade humana é a principal matéria de desejo. Todos almejam ser o mais belo, o mais rico, o mais viril, melhorar a cada geração; essas afirmativas contribuíram para a consolidação filosófica do pensamento eugênico. Porém, para ser o melhor, é preciso derrotar alguém ou alguma coisa, assim caracterizar o

mais forte e mais fraco pela concorrência. É a partir disso que podemos associar o pensamento eugênico à luta de raças.

O ideal pode ser moderno, mas é possível ver isso nos livros de história em todas as páginas, um exemplo clássico. Na antiguidade, não há como esquecer o estereótipo de beleza física do grego na Grécia antiga e das políticas espartanas, que colocavam em prática medidas com objetivo de purificação da raça. Os filósofos Aristóteles e Platão também pensaram sobre o assunto, acreditando ser necessário apoiar casamento com pessoas da mesma classe social para manter a mesma superioridade.

Pelo fato do Brasil ter traficando escravos praticamente desde o seu descobrimento até à abolição existia aqui uma grande massa de africanos e a população branca nunca foi a maioria. Medidas desumanas foram adotadas para afastar o negro liberto e aqueles que ainda estavam em cativeiros, do âmbito urbano. O negro ficou excluído ao acesso de partilhas de terras por lei que davam amparo à tanta barbárie. Assim, os negros, conforme fugiam das grandes fazendas, ficavam abrigados em quilombos, locais onde existia sua forma de sobreviver, sua terra para plantar. Com a Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850, fica restrito aqueles que possuía suas terras por títulos de sesmária devidamente preenchido, pois a partir da dada registrada só poderia possuir terras no território brasileiro com o título de compra, sendo assim, ao negro fica restrito de ter qual quer pedaço de terra, a não ser aquele conquistado no quilombo.

A classe política usava também diferentes medidas para restringir o acesso dos negros nas escolas. Desde esse tempo o governo já sabia que o acesso ao saber sempre foi essencial para elevação de um povo. Outro ponto desumano nessa história são as promessas do governo imperial, que ludibriou milhares de negros no contexto da Guerra do Paraguai: o governo fez tal proposta aos negros, aqueles libertos que fossem a guerra e voltassem ganhariam terras, e aqueles que viviam sob cativeiro ganharia liberdade. Tais promessas não foram cumpridas causando assim imensa revolta na população negra, essas revoltas, por exemplo a do ventre livre, causavam um desconforto chegando a deixar evidente que o governo queria mesmo era abandonar o negro na miséria:

“A lei do ventre livre do ano de 1871, toda criança que nascia a partir daquela data, nasceria livre. Na prática essa lei separava as crianças de seus pais e desestruturava as famílias negras. Como forma de remediar a situação, o governo abriu uma casa para acolher as crianças e de cada 100 de lá entravam, 80 morriam antes de completar um ano de idade. Era uma forma de exterminar a população negra” (SANTOS, 2003).

Leis como a do ventre livre, causavam uma grande depressão aos envolvidos, essa lei por exemplo tirava o filho da mãe, pois somente a criança tinha esse direito da liberdade, assim desestruturando a família negra. Para minimizar o governo fez casas de abrigo para essas crianças. Porém o descaso era tanto que a cada dez crianças que entravam nestes estabelecimentos, mais que a metade morriam. Limitamos ao conhecer esses fatos que o estado teve um imenso descaso com a população negra no Brasil. Diante de tais fatos é possível identificar que o projeto de nação não inclui nenhum aspecto de população negra no Brasil, sendo assim não injustamente afirmar que o projeto da imigração foi pensado e realizado para a população branquear um país que a grande parte era negra.

“O estoque racial branco converte-se no contingente populacional que deveria fornecer o grosso da mão de obra, em um sistema de produção em que o trabalho escravo seria eliminado pelo trabalho livre. Nesse processo, o concorrente branco ameaçou o negro do trabalho escravo, quanto o negro do trabalho livre, que se esclarece seu reduzido crescimento demográfico nesse período: uma parte considerável dessa população, que saiu do campo e deixou de concentrar-se nas cidades... submergindo na economia de substância ou incorporando-se ao artesanato de economias urbanas, que pudessem reabsorvê-los” (FERNANDES, 2007, p. 161).

Assim consideraram o movimento imigratório uma saída para “branquear” o Brasil, o que segundo o pensamento racista era considerado como ponto fraco da nação. Acreditavam que a imigração traria sangue puro sendo assim seria essa ‘transfusão de sangue’ da imigração que iria fortalecer a nação.

Portanto, não estamos falando de qualquer imigração. Os asiáticos também sofreram represálias quando cogitava-se a entrada deles como imigração em terras brasileiras. Mesmo com um grande salto na imigração asiática ao continente americano, mais especificamente no Brasil, a sociedade brasileira da época era irredutíveis a ideia de chineses se juntar com família tradicionais, o repúdio era tanto que até aqueles que o defendiam mantinham maneiras extremamente violenta de se referir a eles:

“Nós não queremos o chim [o chinês] para conviver conosco, para aliar-se às nossas famílias, para envolver-se em nossa vida pública.[...] Queremos o chim unicamente como instrumento de trabalho” (AZEVEDO, 1987, p.150).

Para justificar tamanho receio em ter os asiático como imigrante, cresce certo preconceito com a imagem que transmitiam de sua própria sociedade, tantos suas crenças como sua cultura. Porém, um fato que mais tarde, ainda na primeira metade do século XX, tenha romantizado a imigração asiática, mas não se origina do bom senso brasileiro mas sim

da necessidade, pois não era todos europeus que aqui vieram para trabalhar nas grandes lavouras ficaram, muitos deles migravam para cidade, por conta de maus tratos e condições desfavorável de serviço.

5. Motivo para imigrar

Até aqui versamos sobre como o imigrante seria essencial para o Brasil, como se desenhou o quadro da política de imigração e quais foram os argumentos de ambos interessados para a vinda deles para o Brasil. Mas não tocamos nos reais motivos que fariam uma grande massa de imigrantes se deslocar de sua terra natal para um lugar totalmente desconhecido.

A imigração em si é um movimento muito antigo de deslocação de povos; desde a antiguidade, quando havia povos nômades, a imigração se configurou como um movimento totalmente normal. Isso ocorria pelo fato de não terem uma tecnologia para época como reaproveitamento de solo, ou o conhecimento das estações divergentes. E quando se inicia a sedentarização, com o começo das demarcações dos terrenos, tais povos só saíam de sua terra por motivos que mexessem com a grande massa populacional ali fixada, como no caso de doenças ou de crises.

Foi possível notar, no decorrer das leituras, que a Itália passava por uma das maiores crises no seu setor agrário, crise essa muito recorrente das revoluções ideológicas típicas do século XIX: queda de absolutismos, ascensão de liberalismo econômico e também respostas à ele, como o surgimento do socialismo, que espalhou pela Europa, em momentos distintos, ideias com intenso vigor. O monopólio dos grandes proprietários com implantação de uma agricultura capitalista levou os grandes proprietários de terra a ditar os preços das mercadorias, deixando assim, os médios e pequenos proprietários endividados: “Esses pequenos proprietários de terra transformaram-se então em assalariados rurais que ganhavam muito pouco e viviam com grandes dificuldades” (TOLEDO; CANO, 2003, p.15).

O crescimento da população e a introdução de novas ferramentas diminuiu o emprego na consideravelmente na zona rural, fazendo então uma grande massa de camponeses serem empurrados ao âmbito urbano. Transformando eles em mão de obra industrial, em países como Itália e Alemanha, onde no século XIX ocorre esta industrialização mais tardia.

Nesse caso a imigração surge como uma válvula de escape para os imigrantes, e também para o governo italiano, que via nesse projeto brasileiro a melhor saída, pois era

muito mais vantajosos para este governo uma saída em massa do que resolver esse problema que até o momento estava sem solução possível. Evitando revoltas populares, o governo fez seu papel, aceitou a política de imigração de bom grado. Enquanto isso, o governo brasileiro também fazia seu jogo político.

Propagandas falando que o Brasil tinha terras férteis em grande abundância foram veiculadas na Itália. O governo italiano assim ajudava, incentivando e divulgando a política de imigração, colocando cartazes de repartições públicas à barbearias, inflamando a vontade do povo sem oportunidade e sem condições em permanecer em sua terra natal. Assim temos o cenário perfeito para um imigrante deixar para trás família e amigos: não foi por livre e espontânea vontade, mas sim por necessidade. Se torna fácil perceber a influência de uma boa propaganda, mas na realidade os imigrantes quais fossem eles, partem para o Brasil mais assolados pela miséria do que propriamente influenciado por propagandas.

6. Considerações finais

Após a realização de estudos podemos concluir que, diante desses fatos históricos, é possível evidenciar mudanças significativas na cultura e política brasileira, após a verdadeira intenções do governo em implantar uma política de branqueamento no Brasil, assim causando um mal estar nos negros que aqui habitavam, causando incrível miséria e empurrando sempre ainda mais o negro á margens da sociedade.

Não menosprezando a verdadeira necessidade de mão de obra, muito menos, a vontade de povoar da melhor forma o país, mas fica explícito a verdadeira intenção de não escolher qualquer imigrante, por uma história de preconceito mascarada ao longo dos anos que perpetua até hoje.

7. Referências Bibliográficas

DIWAN, P. **Raça pura – uma história de Eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o instituto histórico geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional. IHGB, 1988.

PROJETO LEAFRO – Laboratório de Cultura e Estudos Afro-brasileiros. Questão etnicorracial: uma problematização sobre a lei 10.639/03 e seus desdobramentos, 2010.

SEYFERTH, G. Colonização, Imigração e a Questão Racial no Brasil. Revista USP, 2002.

TOLEDO, Edilene, CANO, Jefferson. Imigrantes no Brasil do século XIX. São Paulo: Atual, 2003.